

Inventando nações: notas sobre os nacionalismos judaico e palestino durante o Mandato Britânico (1917-1948)

LUIZ SALGADO NETO*

Resumo

Um dos tópicos mais discutidos do conflito Israel-Palestina se refere à identidade nacional dos atores envolvidos. O objetivo deste ensaio é refletir sobre a ideia de nação na Palestina durante o controle político da Grã-Bretanha, entre 1917 e 1948, quando o confronto entre os árabes palestinos e judeus sionistas pelo controle do território se agravou consideravelmente. Busca-se, com as reflexões, problematizar a própria ideia de nação e o lugar dessa categoria analítica e política no conflito entre israelenses e palestinos da atualidade.

Palavras-chave: Nação; palestinos; Palestina; sionismo; conflito árabe-sionista; Israel.

Abstract

One of the most discussed topics of the Israel-Palestine conflict is the national identity of the people involved. The goal of this essay is to raise reflections about the idea of nation in Palestine under British rule, between 1917 and 1948, when the conflict between Arabs of Palestine and Zionist Jews for the control of the territory was aggravated considerably. The aim of these reflections is to discuss the own idea of nation and the role that this analytical and political category plays in the today Israel-Palestine conflict.

Key words: Nation; Palestinians; Palestine; Zionism; Arab-Zionist conflict; Israel.



* LUIZ SALGADO NETO é doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Moeda emitida pelo governo da Palestina. Apresenta o nome "Palestina" nos três idiomas oficiais: árabe, inglês e hebraico. Fonte: Wikimedia Commons.

Em 1969, a então Primeira-Ministra de Israel Golda Meir declarou que os palestinos não existiam (MEIR, 1969, p. 12). Tal assertiva gerou polêmica à época e em 1976 ela afirmou que fora mal compreendida. Em artigo escrito para o jornal *The New York Times*, ela afirmou que, na verdade, dissera que não havia um “povo palestino”, apenas “refugiados palestinos” (MEIR, 1976, p. 35). Ou seja, Meir não negou que houvesse árabes na Palestina no período em que a Grã-Bretanha controlou politicamente o território, entre 1917 e 1948, pessoas reais que viviam no território almejado pelos sionistas para

construir um Estado judeu. O que ela disse foi que esses árabes não constituíam uma nação, ou seja, não havia uma “nação palestina” antes da fundação do Estado de Israel. Segundo Meir, não havia uma comunidade árabe palestina estabelecida, dotada de uma identidade nacional e que pudesse reivindicar direitos políticos no território em que Israel se formou como Estado.

Anos depois, na década de 1980, um livro deu ares “científicos” à declaração de Golda Meir. A obra *From time immemorial*, de Joan Peters, publicada

em 1984, pareceu sanar todas as dúvidas nas mentes daqueles que ainda se questionavam sobre as pessoas que habitavam a Palestina durante o Mandato Britânico e que, em 1948, foram expulsas ou fugiram (o tópico é altamente controverso). A tese de Peters diz que durante o Mandato Britânico não existiam palestinos, apenas imigrantes árabes vindos da Síria, Líbano, Egito etc. que afluíam à Palestina em busca das melhores oportunidades econômicas abertas pelos empreendimentos sionistas. Os árabes da Palestina, para ela, não possuíam qualquer ligação efetiva com a terra e, portanto, nenhuma reivindicação política válida. Por meio da análise de documentação estatística produzida por otomanos e britânicos, ela concluiu que não havia uma população árabe enraizada na Palestina e que, portanto, os árabes que viviam na Palestina não tinham uma “identidade nacional”. Para Peters, a “nação palestina” teria sido simplesmente fabricada posteriormente com objetivos políticos.

O livro de Joan Peters se tornou extremamente famoso nos Estados Unidos e se tornou quase um *Best-Seller*. Houve reações efusivas com a publicação: “O mundo todo poderá agora saber a verdade da origem dos palestinos”, exclamou o escritor Saul Bellow (*apud* SAID, 2001, p. 23), enquanto a historiadora Barbara Tuchman disse que “o próprio livro é um fato histórico” (*apud* SAID, 2001, p. 23). No entanto, todo esse ânimo arrefeceu quando historiadores demonstraram que o estudo era uma farsa. O historiador judeu norte-americano Norman Filkenstein (2003, p. 21-50) demonstrou que Joan Peters fraudara as informações estatísticas para provar sua tese. Tabelas repetidas, manipulação grosseira de dados, citações fora de contexto e

interpretações distorcidas foram as táticas de Peters para comprovar que os palestinos não apenas não se constituíam como nação, como também não formavam uma sociedade ligada àquela terra.

O livro também foi criticado por acadêmicos israelenses. O historiador Yehoshua Porath (1986) afirmou que Peters pretendeu conferir legitimidade acadêmica ao “mito” sionista de que a Palestina era uma terra vazia. Além disso, Porath afirmou que Peters analisara as fontes “seletivamente, para dizer o mínimo” (PORATH, 1986, p. de internet). Até mesmo o ensaísta e colunista norte-americano Daniel Pipes, conhecido por sua simpatia por Israel, criticou a obra (embora de forma leve), dizendo que o livro “sofre de uma caótica apresentação e de um excesso de parcialidade” (PIPES, 1984, p. de internet).

O livro de Peters é um dos casos mais extremos de um debate que ainda é profundamente controverso. Discussões acaloradas ainda giram em torno da identidade de uma coletividade social que vivia na Palestina havia gerações e que entrou em confronto com judeus europeus que desejavam criar um Estado judaico na Palestina. A questão não é meramente acadêmica, mas é, fundamentalmente, política. “Meramente acadêmica” aqui não é um sinal de desprezo ou diminuição, pois a discussão acadêmica em Israel e na Palestina a respeito do assunto tangencia aspectos identitários profundos.

Evidentemente, a negação da identidade nacional palestina, cujos argumentos centrais encontram expressão na obra de Peters, tem sua contrapartida na busca pela afirmação da identidade palestina por outros autores. O historiador e Professor da Universidade de Columbia

(EUA), Rashid Khalidi (neto de um árabe palestino nascido em Jerusalém), publicou em 1997 a obra *Palestinian identity: the construction of modern national consciousness*, que versa sobre a formação da identidade nacional palestina. Para ele, tudo se iniciou em um sentimento de pertencimento ao lugar, para depois se desenvolver em uma identidade nacional. Khalidi (1997) busca demonstrar que líderes políticos árabes passaram a se enxergar como palestinos enquanto nação na década de 1920, quando o Mandato Britânico delineou as fronteiras da Palestina e quando o sionismo se tornou uma força política considerável. Para ele, a identidade nacional palestina se constituiu em oposição ao sionismo.

Com efeito, entre os palestinos e seus descendentes na diáspora, muita ênfase tem sido dada à construção de uma identidade puramente “nacional”. Tal postura é perfeitamente compreensível, tendo em vista que os palestinos ainda não possuem um Estado próprio, vivem sem plenos direitos e em diferentes condições precárias: ou estão à mercê de uma ocupação militar na Cisjordânia – onde não têm liberdade de movimento, sujeitos a revistas constantes em postos de controle, demolição de casas, prisões sem acusação formal, escasso fornecimento de água (enquanto as colônias judaicas têm água até para piscinas), retirada de oliveiras (base da economia familiar palestina) etc. (UNITED NATIONS, 2014; 2015); ou vivem sob um bloqueio na Faixa de Gaza – isolada do resto do mundo, onde a pobreza grassa sem limites e ataques da aviação israelense podem acontecer a qualquer hora do dia ou da noite, com hospitais precários, fornecimento de energia não confiável (B'TSELEM, 2014), sem falar na limitação de entrada de diversos produtos que o governo israelense alega

que poderiam ser usados militarmente (ISRAEL, 2010).

Além disso, há os árabes que residem em Israel, que hoje perfazem aproximadamente 20% da população do país, mas não possuem direitos plenos. Eles são descendentes dos árabes que viviam no território da Palestina antes da criação de Israel e que não foram expulsos ou fugiram de suas terras durante a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949). Desde 1948, eles receberam diversas denominações: “árabes-israelenses”, “árabes cidadãos de Israel”, “palestinos em Israel” ou “árabes palestinos de Israel” (COHEN, 2010, p. xii), o que gera uma discussão profunda sobre a identidade dessas pessoas e um embate entre a forma que as próprias pessoas se identificam e as identidades que outros querem lhes imputar.

Diante disso, também em Israel há um debate fecundo sobre a construção da identidade nacional palestina. Os historiadores israelenses Baruch Kimmerling e Joel Migdal (2003, p. 7-9) veem os primeiros indícios da formação da identidade nacional palestina no ano de 1834. Nesse período, a Palestina estava sob controle egípcio (que durou de 1831 a 1840) e o comandante militar local Ibrahim Paxá, filho do governador do Egito Mohamed Ali, quis adotar medidas centralizadoras que iam contra a autonomia da elite política local. Para Kimmerling e Migdal, esse foi o período em que árabes de diversas localidades na Palestina e de diversos estratos sociais se uniram contra o governo central e começaram a desenvolver uma identidade separada dos outros árabes, o que, no século XX, se estabeleceria como uma identidade nacional palestina.

Portanto, a discussão sobre a existência de uma comunidade nacional palestina pré-1948 ainda é um dos pontos centrais entre acadêmicos e políticos palestinos e israelenses. A história como campo de conhecimento está imersa nesse debate, tanto nas suas discussões acadêmicas internas quanto na luta política pela “verdade histórica” sobre a “real” identidade dos árabes que viviam na Palestina antes da fundação de Israel. Para a história oficial israelense e muitos historiadores alinhados a essa interpretação, os árabes não formavam uma nação, eram meros habitantes da Palestina, sem conexão entre si e com a terra (PETERS, 1984; DALIN e ROTHMAN, 2008); para a história oficial palestina, eles eram uma nação estabelecida, os legítimos cidadãos que viviam como “palestinos” na terra desde tempos imemoriais (KHALAF, 1991; HASSASSIAN, 1990; AYYAD, 1999; KAYYALI, 1978). Essas são duas narrativas nacionalistas que colidem na arena política.

Contudo, tais discussões perdem, em meu entender, o aspecto mais fundamental. Sob o ponto de vista acadêmico, as questões que os historiadores se colocam quanto a esse tema ainda estão presas a uma concepção de “nação” que não dá conta da realidade da vida das diversas comunidades que viviam na Palestina antes da criação de Israel. Por estarem ancorados em uma visão unificadora da narrativa da nação, estes autores adotam uma visão que não nos ajuda a pensar os laços identitários e comunitários multifacetados construídos por árabes e judeus que viviam na Palestina durante o Mandato Britânico, período em que as oposições políticas se acirraram, diante dos recorrentes sucessos do projeto sionista.

Como bem aponta Homi Bhabha (1997, p. 48-9), a ideia de nação está imersa na ambivalência. A narrativa nacionalista aponta “origens” e processos de evolução social, mas está ancorada em um momento histórico específico. A construção da nacionalidade busca a origem da nação em um passado longínquo, quando, na verdade, articula elementos identitários e políticos de um presente conflituoso. Assim, ao mesmo tempo em que se volta para um passado primordial, a narrativa nacionalista está, na verdade, em sintonia com uma situação histórica específica no presente, onde o passado é mobilizado em uma narração linear politicamente orientada. Nesse processo, as narrativas nacionalistas “inventam tradições”, tradições que, como bem delineou Eric Hobsbawm (1983, p. 1), “parecem ou afirmam ser antigas, [mas] são frequentemente de origem recente e algumas vezes inventadas”.

Assim, a busca pela identidade nacional, primordial e originária, está relacionada a questões do presente, em que, como nos diz Homi Bhabha (1998, p. 20), são elaboradas “estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. É nessa articulação de elementos do passado e do presente que “o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”.

Diante disso, não caberia problematizar a narrativa nacionalista e questionar se o que se quer ver como nacionalismo é uma tentativa de aplicar acriticamente uma ideia pré-concebida a uma população para quem tal ideia não possuía o mesmo valor para quem olha de fora? Não caberia deslocar a pergunta sobre uma identidade nacional

palestina e questionar a relação daquelas pessoas com a terra em que viviam e sua vivência concreta no interior da comunidade em que estavam inseridas? E, por fim, sob o ponto de vista exclusivamente político, será mesmo que deve ser buscada uma “identidade nacional pura” para defender os direitos daquelas pessoas?

É claro, o simples fato de levantar tais questões pode gerar imensas controvérsias, tendo em vista as condições precárias em que vivem os palestinos hoje e a necessidade de que possam erigir uma base institucional estatal para livrarem-se da ocupação militar israelense na Cisjordânia e do cerco à Faixa de Gaza. Porém, não estou querendo sugerir que os palestinos “inexistem” como nação e que a “nação judaica existe” (e sempre existiu) e que, portanto, a identidade nacional israelense é mais “real” e “verdadeira” que a palestina. Devemos problematizar ambas. Tanto palestinos quanto judeus israelenses construíram idéias de nação e inventaram tradições, mobilizando um passado histórico para a construção de narrativas nacionalistas.

Schlomo Sand, um intelectual judeu, demonstrou de forma interessantíssima o processo pelo qual o “povo judeu” (SAND, 2009) se inventou e como o sionismo “inventou” a “Terra de Israel” (SAND, 2014). Nesse ponto, palestinos e israelenses não são diferentes: ambos inventaram uma narrativa nacionalista e, no processo, se inventaram como nação.

Com efeito, o nacionalismo judaico sionista lutou (e a narrativa nacionalista israelense ainda luta) para moldar e fixar uma identidade nacional judaico-israelense ideal, acima das diferenças dos imigrantes judeus oriundos de diversas partes do mundo que afluíram à Palestina desde as últimas décadas do

século XIX. Os sionistas tiveram que lidar com as diferenças intrajudaicas de imigrantes oriundos não só da Europa – Rússia, Polônia, Romênia, Alemanha etc. – mas também de outras partes do globo – Iêmen, Iraque, Marrocos, Etiópia... A tarefa primordial da narrativa nacionalista sionista antes de 1948 (e da narrativa oficial do Estado de Israel desde então) foi apagar essa diversidade em nome de uma identidade idealizada, uma identidade “hebraica” na Palestina.

Desde o início do movimento sionista organizado, no final do século XIX, o sionismo buscou apagar a diversidade judaica em nome da criação de uma nova figura: o “hebreu”, um judeu novo, meio “ocidental” e meio “oriental”. O hebreu não era o “judeu do gueto”, fraco e vulnerável, exposto à perseguição de não-judeus; era, assim, mais próximo dos povos “vigorosos” do Oriente Médio e, portanto, mais “oriental”. Muitas imagens propagadas pelos sionistas no início do século XX igualavam os imigrantes judeus aos árabes, usando a *keffiyeh*¹ ou aparecendo sobre um cavalo e segurando um rifle (RAIDER, 1998, p. 85 e p. 87). Além disso, muitos imigrantes adotaram as vestimentas e as práticas alimentares dos camponeses

¹ Peça de vestimenta utilizada amarrada em torno da cabeça que passou a ser símbolo do nacionalismo palestino. Até meados do século XX, essa era uma peça de vestimenta utilizada exclusivamente pelos camponeses. Na década de 1930, com a radicalização política e a oposição de crescentes números de líderes políticos, a *keffiyeh* passou a representar os setores políticos que queriam demonstrar seu rompimento com a elite política palestina, urbana e das classes altas e médias. Com o advento das organizações políticas palestinas nas décadas de 1950 e 1960, a peça de vestimenta foi incorporada ao simbolismo político dos militantes nacionalistas palestinos. Uma *keffiyeh* quadriculada era a marca do líder palestino Yasser Arafat (1929-2004).

árabes e dos beduínos (EVEN-ZOHAR, 1998, p. 18; LAQUEUR, 1972, p. 230). Contudo, o hebreu não era completamente “oriental”, pois o sionismo enfatizava a figura do “hebreu” como um homem moderno, “civilizado”, que saía da Europa para levar o progresso à Palestina, uma terra que, segundo o discurso civilizatório sionista, havia sido negligenciada e abandonada pelos árabes e pelos turcos.

Vemos, assim, que mesmo a identidade idealizada propagada pelos sionistas era problemática. Era uma identidade ambígua. Estava nos “entre-lugares”, como afirma Homi Bhabha (1998, p. 20). Tratava-se de uma “hebreidade” nos interstícios entre as imaginações predominantes de “Oriente” e “Ocidente”. A fronteira – aqui entendida não como linha, mas como espaço de hibridismos – favorecia a mescla de traços culturais diversos e a mobilização variada de elementos disponíveis para a construção de identidades. Isso, evidentemente, entrava em rota de colisão com a tentativa de líderes sionistas de criarem uma identidade unívoca, normativa e ideal.

Até hoje a relação entre as diversas comunidades judaicas e o Estado de Israel é tema de profundas controvérsias. Em março de 2012, o renomado e premiado escritor israelense A. B. Yehoshua afirmou em entrevista ao jornal israelense *Haaretz* que os judeus norte-americanos eram apenas “parcialmente judeus” e que somente vivendo em Israel alguém poderia se considerar um judeu completo. Para Yehoshua, “Israel é o autêntico e profundo conceito de povo judeu” (BLUMENFELD, 2012, p. de internet). Sua afirmação provocou acalorados debates em comunidades judaicas espalhadas pelo mundo e gerou

respostas indignadas de judeus que entendem que são perfeitamente judeus mesmo vivendo fora de Israel.

Com efeito, antes da fundação do Estado de Israel em 1948, o sionismo encontrou sérios obstáculos para se afirmar entre os próprios judeus. Evidentemente, mais fácil era enunciar uma identidade idealizada do que torná-la real para pessoas reais vivendo no mundo real. O problema era descobrir uma maneira de formar uma unidade em torno da ideia de nação em um território onde não havia um movimento judaico nacionalista. O nacionalismo sionista foi levado à Palestina por imigrantes e não emergiu primariamente entre os judeus que já habitavam a Palestina. Ou seja, o nacionalismo sionista precisou inventar uma nação fora do território proclamado para abrigar essa nação.

É interessante abordar esse tópico, pois um dos principais problemas dos sionistas foi integrar o antigo *Yishuv*², a comunidade judaica já existente na Palestina³, a um projeto puramente europeu de renascimento judaico na Terra de Israel. A distância entre as percepções de si e da terra entre sionistas, saídos da Europa, e o antigo *Yishuv*, formado em sua maioria por devotos religiosos, era abissal. Não havia praticamente um aspecto da vida

² *Yishuv*: comunidade judaica na Palestina antes da criação de Israel. Os judeus da Palestina antes de 1948 se viam diferenciados principalmente pela clivagem entre o velho *Yishuv*, a comunidade judaica que vivia havia gerações na Palestina, e o novo *Yishuv*, aqueles que chegaram à Palestina a partir de 1882.

³ Segundo estimativas, o número de judeus que habitavam a Palestina antes da primeira imigração sionista, em 1882, era de aproximadamente 24 mil, 4% da população total. Viviam no interior e nos arredores da cidade de Jerusalém, além das cidades de Hebron, Safed e Tiberíades (MASSOULIÉ, 1996, p. 4).

comunitária que não fosse alvo de contendas entre eles.

Os judeus que já habitavam a Palestina eram avessos aos sionistas principalmente por dois motivos: 1) religioso: os sionistas desejavam implantar um Estado judaico por meio de ações políticas laicas, sem a ajuda de Yahweh e, portanto, eram apóstatas; 2) comportamental: os sionistas eram seculares em sua vida comunitária, pondo lado a lado homens e mulheres (que, para espanto dos religiosos, usavam roupas demasiado curtas para seus padrões) e, como, por necessidades econômicas, não poderiam ficar um dia sem trabalhar, iam para as lavouras mesmo no Shabat (LAQUEUR, 1972, p. 76).

Não surpreende, portanto, que os judeus do antigo Yishuv não se identificassem com os sionistas, a quem chamavam de “anarquistas russos” (já que as primeiras levas de imigrantes eram oriundas principalmente da Rússia e de outras partes do Leste Europeu). Os judeus que já viviam na Palestina não se viam como parte daquela nova comunidade. Aliás, muitos se viam como árabes, do ponto de vista étnico e cultural. Muitos falavam árabe fluentemente e, assim como a maioria dos judeus em terras de maioria muçulmana, chamavam Yahweh de Allah⁴. Eles percebiam-se judeus por crença, mas árabes cultural e etnicamente, o que também ocorreu quando os judeus de países como o Iraque e a Síria migraram para Israel na década de 1950. Tal migração deu

⁴ Desde o advento do Islã, judeus e cristãos têm usado a palavra “Allah” como tradução para o Deus monoteísta. Embora haja controvérsias a respeito, é bastante comum que cristãos e judeus de fala árabe chamem seu Deus de Allah, assim como o termo “Allah” apareça nas traduções da Bíblia para o árabe (Cf. THOMAS, 2006, p. 171-4).

origem a algo como o relatado pela Professora de Estudos Culturais Ella Shohat, judia e iraquiana, que se diz uma “mulher judia árabe”, e que luta para que essa identidade não seja tratada como exotismo, anomalia ou um “paradoxo ontológico” (SHOHAT, s.d.).

Os judeus que viviam na Palestina antes de 1948 também se viam, politicamente, como parte da comunidade mais geral e antes da Primeira Grande Guerra, se viam como “judeus otomanos”, o que levou líderes do antigo Yishuv a denunciar imigrantes sionistas ilegais às autoridades otomanas no início do século XX (LAQUEUR, 1972, p. 76).

A integração entre ambos os segmentos judaicos da Palestina somente foi possível, embora não de todo eficaz, após os distúrbios ocorridos no ano de 1929, quando árabes atacaram judeus em várias cidades, principalmente em Jerusalém e em Hebron, diante de rumores de que os sionistas queriam tomar posse do Haram Ash-Sharif⁵, na Cidade Velha de Jerusalém, destruir os santuários muçulmanos e reconstruir em seu lugar o Templo Judaico (destruído pelos romanos em 70 E.C. e que ficava exatamente no mesmo lugar). Como grupos de árabes atacaram judeus indiscriminadamente, sem se preocuparem em diferenciar sionistas e não sionistas, os judeus do antigo Yishuv repensaram as clivagens identitárias na Palestina e muitos deles concluíram que, como judeus, eram mais próximos dos sionistas do que dos árabes (SELA, 1994, p. 82). Ou seja, a identidade se forjou em meio a uma

⁵ *Haram Ash-Sharif* ou “Nobre Santuário” é a Esplanada onde estão localizadas importantes construções islâmicas, dentre elas o Domo da Rocha e a Mesquita Al-Aqsa. Está no local exato onde existia o Templo Judaico – por isso, o local é conhecido pelos judeus como “Monte do Templo”.

situação específica no presente, a questões que emergiram não na “aurora dos tempos”, mas no século XX.

Outra questão a exigir intensos esforços dos líderes sionistas foi o trabalho na agricultura. Um dos lemas centrais para o ideário sionista era o trabalho na terra. A construção da identidade desse novo judeu requeria a negação das características comportamentais que eram atribuídas aos judeus na Europa. Na Europa, os judeus eram acusados de viverem de lucros e da usura e, portanto, de serem parasitas nas sociedades onde viviam. Assim, a criação do “novo judeu” se deu por meio do que George McCall (2003, p. 20) chamou de “identidade reativa”, a elaboração de uma identidade que reagia à representação estereotipada que outros imputavam a eles. Ou seja, é um contra-discurso, cujo objetivo é negar aspectos considerados negativos e afirmar atributos identitários vistos como positivos por outros.

Assim, para a construção desse “novo judeu”, a agricultura se tornou central, como meio de provar que o judeu era produtivo, que poderia produzir na terra. Diante disso, os sionistas criaram uma estratégia discursiva que enfatizava aspectos positivos dos imigrantes judeus sionistas, como a força física, o vigor para o trabalho, a pele bronzeada oriunda da labuta sob o sol. Esse discurso tinha o objetivo de enaltecer o “novo judeu”, o “hebreu”, e diferenciá-lo do “judeu do gueto”, o “judeu da diáspora”.

Com isso, um elemento central na criação de colônias sionistas na Palestina era a contratação exclusiva de mão de obra judaica. No entanto, a esmagadora maioria dos judeus que chegavam à Palestina não possuía a mínima experiência na agricultura, ainda mais nas partes em que as

colônias sionistas foram estabelecidas inicialmente – nas áreas da Palestina em que o solo era mais difícil de cultivar. Tanto que os primeiros experimentos sionistas nas últimas décadas do século XIX foram, em sua maioria, um fracasso do ponto de vista da produção agrícola. Até meados da década de 1930, quando escolas na Europa prepararam os candidatos à migração para o trabalho na terra, era comum ver árabes e judeus trabalhando lado a lado na lavoura (KAYYALI, 1978, p. 7-8; LAQUEUR, 1972, p. 487).

Para isso contribuiu o trabalho filantrópico. É equivocado pensar que todos os judeus que afluíam à Palestina nesse período estavam imbuídos de um ideário sionista bem articulado e que almejavam criar um Estado judeu em um dado futuro. No final do século XIX, filantropos judeus, como o Barão de Hirsch, financiavam colônias judaicas fora da Europa para aliviar a condição de extrema pobreza e preconceito sofridos pelos judeus no Velho Continente, especialmente no Leste Europeu. Com isso, colônias judaicas foram criadas na Argentina, nos Estados Unidos e na Palestina. Na Palestina, a organização central para lidar com essas colônias era a *Palestine Jewish Colonization Association* – a PJCA (KRÄMER, 2008, p. 114).

Inicialmente, o objetivo principal das colônias da PJCA era filantrópico. Posteriormente, no entanto, a organização se guiou por critérios econômicos e algumas colônias chegaram a demitir trabalhadores judeus (KRÄMER, 2008, p. 114). Além disso, as colônias da PJCA contratavam árabes sem problemas de consciência e havia uma relação amistosa entre trabalhadores árabes e judeus nas colônias administradas pela PJCA (SIMPSON, 1930, p. 49-53). Essas

colônias diferenciavam-se, desse modo, das colônias sionistas, que eram erigidas sob a supervisão do Fundo Nacional Judaico.

O Fundo Nacional Judaico – FNJ [*Keren Kayemet Le-Yisrael*] foi fundado em 1901 no Quinto Congresso Sionista e registrado em Londres em 1907, com o propósito declarado de comprar terras para os judeus. As terras compradas pelo FNJ seriam consideradas exclusivas do povo judeu e, portanto, não poderiam ser vendidas, sendo permitido o aluguel por um período de nove anos, mas apenas para judeus. Além disso, as colônias supervisionadas pelo FNJ não permitiam a contratação de trabalhadores árabes. Não surpreende, portanto, que, quanto a esse tópico, tenha se estabelecido uma contundente divergência entre sionistas e membros da PJCA (KRÄMER, 2008, p. 193, p. 114-5).

A questão da contratação de trabalhadores árabes era uma das mais complexas desde o início do assentamento judaico na Palestina e perdurou até 1948. Na década de 1930, houve diversos piquetes sionistas em frente a fazendas de cítricos de propriedade de judeus que empregavam árabes e, por vezes, foram cometidos ataques físicos contra os trabalhadores árabes para intimidá-los, para que se demitissem por medo. Essa prática de intimidação obtinha base ideológica nas narrativas sionistas da necessidade de isolamento frente à população árabe (MATTHEWS, 2006: 203; LAQUEUR, 1972, p. 221; PAPPE, 2004, p. 55).

Evidentemente, esse isolamento era praticamente impossível. Árabes e judeus conviviam em um mercado interdependente e contra as ideias segregacionistas de seus líderes. Entre 1921 e 1935, o número de árabes palestinos trabalhando na economia

judaica passou de 4.000 para 12.000 (PAPPE, 2004, p. 77-8). Além disso, houve exemplos de lutas políticas em organizações conjuntas – sindicatos, associações bi-nacionalistas, o Partido Comunista da Palestina etc. (LOCKMAN, 1996; KRÄMER, 2008, p. 195-6). Assim, havia uma convivência, embora tensa, que era odiosa para aqueles que defendiam projetos exclusivistas.

A ideia de um Estado bi-nacional era outro tabu para os sionistas. O principal expoente dessa linha política era Judah Magnes, um rabino reformador norte-americano e um dos fundadores da Universidade Hebraica de Jerusalém, que também ocupou os cargos de Chanceler e Presidente da instituição. Magnes defendia que a Palestina deveria se constituir como um centro espiritual, cultural e científico para os judeus de todo o mundo. Ele enfatizava que a Palestina seria o centro científico judaico, e a Universidade Hebraica seria o ambiente acadêmico em que os judeus poderiam exercer suas cátedras livremente (o que se mostraria particularmente relevante após a ascensão do nazismo, que expulsou diversos professores judeus das universidades alemãs). Para Magnes, em um Estado bi-nacional, árabes e judeus conviveriam com direitos civis e políticos iguais, ambos responsáveis por governar o país. Suas propostas diziam que os judeus deveriam obter garantias de segurança, liberdade econômica e direitos políticos, mas não que deveriam dominar politicamente a Palestina e fazer deste território um “Estado judeu”. Com esse objetivo em mente, Magnes fundou o partido *Ichud* (“União”) em 1942.

Contudo, não podemos dizer que Magnes não era sionista. Inspirado em grande medida pelas ideias de Ahad

Aha'am (considerado pai do sionismo cultural), ele emigrou para a Palestina em 1922 e realizou grandes esforços para construir a Universidade Hebraica de Jerusalém. Na verdade, o sionismo de Magnes era peculiar. Suas propostas políticas e sociais para a comunidade judaica da Palestina eram baseadas em suas ideias a respeito da própria sociedade norte-americana. Ou seja, seu sionismo era equivalente às suas propostas idealizadas de como deveria ser a "Nação Americana". Segundo Daniel P. Kotzin (2000), Magnes tentou "americanizar o *Yishuv*".

Magnes elaborou seu sionismo compatível com o ideal norte-americano de democracia. Ele introduziu no sionismo uma perspectiva, vinda de sua experiência no movimento progressista norte-americano, que valorizava o pluralismo cultural, o que, por conseguinte, o levou a defender a convivência com a população árabe da Palestina (KOTZIN, 2000, p. 4-5). Por causa disso, a figura de Judah Magnes foi praticamente esquecida na historiografia sionista e israelense, só vindo a ser mais profundamente analisada bem recentemente, em 2010 (KOTZIN, 2010).

No entanto, na década de 1930, quando Magnes defendia suas ideias, além do desafio da relação com os árabes, havia o problema mais urgente para os sionistas de incorporar os judeus que iam para a Palestina fugindo do nazismo. Muitos judeus alemães não possuíam qualquer afinidade com o ideário sionista e queriam somente viver livres de perseguições e em paz. Muitos deles sofriam com o fato de terem de sair da Alemanha, Áustria, Polônia, abandonando suas vidas estabelecidas para recomeçar uma vida na Palestina. Para eles, a Palestina era um lugar que só tinha existência em um imaginário

religioso, um imaginário que, além de tudo, era tênue no seio de um segmento social amplamente secularizado. Para essas pessoas, o Judaísmo, embora base de práticas sociais importantes, não despertava qualquer ímpeto para sair da Europa e refazer suas vidas na "Terra de Israel" (AVINERI, 1983, p. 13-4).

Esses recém-chegados, em sua maioria, desejavam continuar suas vidas como na Alemanha, Polônia etc., agindo como se estivessem na Europa. Para os sionistas mais identificados com a esquerda, esses judeus eram "burgueses" que queriam reproduzir suas vidas na Palestina e não trabalharem para construir um lar nacional judaico. E, como meros "burgueses" que só pensavam em seus lucros, empregavam em seus empreendimentos a mão de obra mais barata disponível: os árabes. Outro ponto de discórdia era que esses recém-chegados conversavam em alemão ou iídiche, o que era anátema para os sionistas. Para os sionistas, o "idioma nacional" era o hebraico. Não à toa, uma das tarefas mais emblemáticas do fervor nacionalista sionista foi o trabalho hercúleo realizado por Eliezer Ben-Yehudah para criar um dicionário de hebraico moderno (MATTHEWS, 2006: 203; AVINERI, 1983, p. 99-103).

Com isso, ao vermos todo esse trabalho realizado pelos sionistas para inventarem uma nação hebraica e uma nacionalidade judaico-israelense pura, não caberia perguntar como essa dinâmica se deu entre os palestinos? Sendo assim, não caberia analisarmos as identidades dos árabes da Palestina levando-se em consideração os interstícios identitários em uma sociedade vivendo em uma zona de fronteira que, como tal, era marcada pela pluralidade e heterogeneidade culturais? Ao invés de querermos

encontrar uma identidade unívoca entre os árabes que viviam na Palestina durante o Mandato Britânico, não deveríamos buscar identificar os hibridismos, as ambiguidades e as diversas formas de negociação de identidades?

Nesse sentido, não caberia buscar encontrar, como delineia Homi Bhabha (1997, p. 52), a nação “como está escrita”? Ou seja, as formas narrativas da construção de identidades locais ou nacionais entre os palestinos? Aprender suas “estratégias textuais, deslocamentos metafóricos, subtextos e artifícios figurativos”? Assim, não seria mais adequado buscar apreender quais identidades eram formuladas pelos árabes da Palestina em seus discursos políticos? Será que a busca por encontrar uma identidade nacional não desvia o olhar das formas mais concretas de identificação?

Como bem demonstra Stuart Hall (2005), devemos superar a noção de uma identidade unívoca, homogênea e centrada. Para Hall, mais do que falar em identidade, devemos nos referir às identidades, ou melhor, a processos de identificação, múltiplos, sujeitos às contingências e mobilizados pelos sujeitos ativos em suas práticas sociais. Como diz Hall, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento” [grifo no original] (HALL, 2005, p. 39).

Diante disso, não seria mais interessante analisar quais marcos identitários foram mobilizados pelos árabes da Palestina em seus textos políticos e/ou literários? Poderíamos então perguntar: qual era a ideia de coletividade construída por aquelas pessoas em suas vidas cotidianas e em suas lutas políticas? Como se identificavam nas mais variadas circunstâncias? Identificavam-

se com sua família, clã, cidade, religião, ideários políticos? Mesclavam diferentes marcos identitários ou alternavam identidades dependendo da circunstância?

Essas são perguntas difíceis de serem respondidas e requerem uma análise atenciosa daquela sociedade. O trabalho é complexo e exige uma abordagem teórica profunda e procedimentos metodológicos cuidadosos. Mas penso que somente quando problematizarmos a noção de uma “identidade nacional pura” poderemos nos aproximar de uma melhor compreensão da vivência efetiva das pessoas daquele tempo histórico específico. Entendo que por esse caminho poderemos construir uma melhor aproximação da forma com que aquelas pessoas elaboraram seu “passado-presente”, que, como diz Homi Bhabha, “torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHABHA, 1998, p. 27). Ou seja, buscar compreender como aquelas pessoas, envolvidas nos embates políticos de seu presente, articulavam uma visão de passado a um projeto político para o futuro e, nesse processo, se inventavam e reinventavam enquanto coletividade social.

Entendo que essa abordagem possibilita ao pesquisador romper com ideias preconcebidas, construídas *a posteriori* e que tendem a criar generalizações indevidas. Penso que tal olhar nos permite obter uma melhor compreensão de como aquelas pessoas construíram suas identidades, ativa e criativamente, e de forma intersubjetiva. Em suma, entendo que, desse modo, poderemos romper com a tendência de tomar como verdade absoluta a narrativa da nação, que exige que criemos homogeneidade onde impera da heterogeneidade.

Documentos

B'TSELEM – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. **Background on the Gaza Strip**. Published at 1 Jan. 2011. Updated at 14 Jul. 2014. Disponível em http://www.btselem.org/gaza_strip. Acesso em 09.03.2015.

ISRAEL. Ministry of Foreign Affairs. **Gaza: lists of controlled entry elements**. 4 de julho de 2010. Disponível em http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/humanitarian/pages/lists_controlled_entry_items_4-jul-2010.aspx. Acesso em 12.03.2015.

MEIR, Golda. Interview. **London Sunday Times**, 15 de junho de 1969, p. 12

_____. Golda Meir, on the Palestinians. **The New York Times**, 14 de janeiro de 1976, p. 35.

SIMPSON, John Hope. **Report in immigration, land settlement and development**. London, October 1930 (Hope Simpson report). Cmd. 3686. Disponível em <http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/E3ED8720F8707C9385256D19004F057C>. Acesso em 10.07.2015.

UNITED NATIONS. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Occupied Palestinian Territory – OCHA OPT. **Humanitarian Bulletin**, Monthly Report, January, 2015. Disponível em http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_the_humanitarian_monitor_2014_02_25_english.pdf. Acesso em 09.03.2015.

_____. **Fragmented lives: humanitarian overview**, 2013, March 2014. Disponível em http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_annual_review_2014.pdf. Acesso em 09.03.2015.

Referências

AVINERI, Shlomo. **La idea sionista: notas sobre el pensamiento nacional judío**. La Semana Publicaciones Ltda., 1983.

AYYAD, Abdelaziz. **Arab nationalism and the Palestinians, 1850-1939**. Jerusalem: PASSIA, 1999.

BHABHA, Homi. Introdução: locais da cultura. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 20.

BHABHA, Homi. Narrando a nação. In: ROUANET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: IL/UERJ, 1997, p. 48-59.

BLUMENFELD, Revital. A. B. Yehoshua: Americans, unlike Israelis, are only partial Jews. **Haaretz**, March 18th 2012.

COHEN, Hillel. **Good Arabs: the Israeli security agencies and the Israeli Arabs, 1948-1967**. Berkeley: University of California Press, 2010.

EVEN-ZOHAR, Itamar. O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina. In: **Cadernos de Cultura e Língua Hebraica**, n. 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas – FFLCH – USP. São Paulo, 1998, p. 13-32.

FILKENSTEIN, Norman. **Image and reality of the Israel-Palestine conflict**. London, Verso: 2003, p. 21-50.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASSASSIAN, Manuel Sarkis. **Palestine: factionalism in the national movement, 1919-1939**. Jerusalem: Passia, 1990.

KAYYALI, Abdul-Wahhab. **Palestine: a modern History**. London: Third World Centre for Research and Publishing, 1978 [online]. Disponível em <http://archive.org/details/PalestineAModernHistory> Acesso em 05.10.2013.

KHALAF, Issa. **Politics in Palestine: Arab factionalism and social disintegration (1939-1948)**. New York: State University of New York Press, 1991.

KHALIDI, Rashidi. **Palestinian identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.

KIMMERLING, Baruch; MIGDAL, Joel. **The Palestinian People: a History**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

KOTZIN, Daniel P. An attempt to Americanize the Yishuv: Judah L. Magnes in Mandatory Palestine. **Israel Studies**, vol. 5, n. 1, Spring 2000, p. 1-23

_____. **Judah L. Magnes: an American Jewish nonconformist**. Syracuse University Press, 2010.

LAQUEUR, Walter. **A history of Zionism**. New York: Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1972.

LOCKMAN, Zachary. **Comrades and enemies: Arab and Jewish workers in Palestine**,

1906-1948. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Recebido em 2015-03-12
Publicado em 2015-09-13

McCALL, George. The Me and the Not-Me: positive and negatives poles of identity. In: BURKE, Peter; OWENS, Timothy; THOITS, Peggy (ed.). **Advances in identity theory and research**. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, 2003, p. 11-26.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

PAPPE, Ilan. **A History of Modern Palestine: one land, two peoples**. New York: Cambridge University Press, 2004.

PETERS, Joan. **From time immemorial: the origins of the Arab-Jewish conflict over Palestine**. Chicago: Harper & Row, 1984.

PIPES, Daniel. Review From time immemorial, by Joan Peters. **Commentary**, July, 1984.

PORATH, Yehoshua. Mrs. Peter's Palestine. **The New York review of Books**, 16 de janeiro de 1986. Disponível em <http://www.nybooks.com/articles/archives/1986/jan/16/mrs-peters-palestine/>. Acesso em 09.03.2015.

RAIDER, Mark. **The emergence of American Zionism**. New York: New York University Press, 1998.

SAID, Edward. Conspiracy of praise. In: _____; HITCHENS, Christopher (ed.). **Blaming the victims: spurious scholarship and the Palestinian Question**. London / New York: Verso, 2001, p 23-31.

SAND, Shlomo. **A invenção da Terra de Israel: da terra santa à terra pátria**. São Paulo: Benvirá, 2014.

_____. **The invention of the Jewish people**. London / New York: Verso, 2009.

SELA, Avraham. The "Wailing Wall" riots (1929) as a watershed in the Palestine conflict. **The Muslim World**, vol. 84, issues 1-2, April, 1994, p. 60-94.

SHOHAT, Ella. Reflections by an Arab Jew woman. **Bint Jbeil**. s.d. Disponível em http://www.bintjbeil.com/E/occupation/arab_jew.html. Acesso em 01.07.2014.

THOMAS, Kenneth J. Allah in translations of the Bible. **International Journal of Frontier Missions**, 23:4, Winter, 2006, p. 171-4.